



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Abordar a temática do abuso sexual no Jardim de Infância: o que pensam as famílias e a educadora

Departamento de Educação

Mestrado em Educação Pré-Escolar

2021, Raquel Alexandra Marques Simões

Raquel Alexandra Marques Simões

Abordar a temática do abuso sexual no Jardim de Infância: o que pensam as famílias
e a educadora

Relatório Final de Mestrado em Educação Pré-Escolar, apresentado ao Departamento
de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra para a obtenção do grau de
Mestre

Constituição do júri

Presidente: Professora Doutora Vera Maria Silvério do Vale

Arguente: Professora Doutora Elenita Pinheiro Queiroz Silva

Orientadora: Professora Doutora Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Outubro de 2020

Agradecimentos

Quero agradecer os apoios financeiros que me permitiram chegar até aqui e estar prestes a realizar o meu sonho de me tornar educadora de infância.

Agradeço do fundo do coração à minha estrelinha mais brilhante por ter possibilitado a minha entrada e permanência no ensino superior e por iluminar o meu caminho. Sei que onde estiveres, estarás feliz.

Quero agradecer a minha mãe, por todos os conselhos ao longo deste percurso, aos meus irmãos e a minha cunhada pela força e por nunca me terem deixado desistir. À minha sobrinha por ter sempre um sorriso para mim.

À minha família, por terem estado sempre lá para me ouvirem e me apoiarem e por celebrarem comigo os momentos mais felizes e me ampararem nos momentos mais complicados.

Agradeço ao meu namorado por ser sempre tão compreensivo e me dar tanta força.

À Catarina por ser uma inspiração, à Sara por me dar força, à Margarida, à Joana, à Elisa, à Mariana. Levo-vos a todas no coração.

Um enorme obrigada à minha orientadora, à Professora Doutora Filomena Teixeira, por me ter ajudado na realização deste relatório, por ter sido além de uma orientadora, uma amiga.

Um agradecimento a todos/as os/as professores/as pelos ensinamentos transmitidos ao longo do meu percurso académico.

Um agradecimento especial a todas as educadoras cooperantes que me acompanharam pelo seu apoio contante e a todas as crianças com quem tive contato nos estágios, que me fizeram sentir sempre realizada e me proporcionaram momentos muito divertidos. Vocês são o melhor do mundo!

Título- Abordar a temática do abuso sexual no Jardim de Infância: o que pensam as famílias e a educadora

Resumo

Este relatório final surge no âmbito do Mestrado de Educação Pré-Escolar, inserido na unidade curricular de Prática Educativa II. Nele irei desenvolver e refletir sobre a temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas em contexto de Jardim de Infância.

Sabemos hoje, no quadro da saúde e dos direitos humanos que este tema tem vindo a ser cada vez mais debatido, na medida em que afeta o desenvolvimento harmonioso da sexualidade. Assim, importa, desde cedo e em contexto formal, abordar a temática com crianças de modo a sensibilizá-las e capacitá-las para a identificação e denúncia de possíveis situações abusivas a que estejam ou possam vir a estar sujeitas.

Torna-se ainda relevante que as famílias saibam que o Jardim de Infância tem preocupação com a abordagem da temática com as crianças que o frequentam, podendo, desta forma, contribuir para a promoção do seu bem-estar e prevenção de situações de abusos/aproximações abusivas.

Tendo em conta os aspetos mencionados, elaborei a minha intervenção em contexto de Educação Pré-Escolar, com o intuito de perceber a opinião das famílias sobre a temática, mas também a da educadora, tendo para isso recorrido a questionários às famílias e a uma entrevista à educadora.

Os resultados mostram que as famílias consideram importante a abordagem dos abusos/aproximações abusivas com as crianças e que a educadora tem consciência da sua pertinência, pelo que concluo ser urgente a inclusão da temática no Jardim de Infância mas também na formação inicial e contínua de educadores e educadoras.

Palavras-chave: Abuso Sexual; Aproximações abusivas; Educação Pré-Escolar

Title- Addressing the issue of sexual abuse in kindergarten: what families and a childhood educator think

Abstract

This final report falls within the scope of the Masters of Pre-School Education, included under Educational Practice II. Within it, I will develop and reflect on the theme of sexual abuse/abusive advances in the context of kindergarten.

We know today, in the context of health and human rights, that this topic has been increasingly debated, as it affects the harmonious development of sexuality. Thus, it is important, from an early age and in a formal setting, to address this issue with children in order to increase their awareness and to enable them to identify and report possible abusive situations, which they are or may be subject to.

It is also relevant that families know that the kindergarten is concerned enough to broach the theme with the children who attend it, thereby contributing to the promotion of their well-being and the prevention of situations of abuse/abusive advances.

Taking into account the aforementioned aspects, I developed my intervention in the context of Pre-School Education, in order to understand the opinion of both, the families and the childhood educator, on the theme. Therefore, to collect data, I presented questionnaires to the families and interviewed the educator.

The results indicated that families consider the broaching of abuse/abusive advances with children to be important, and that the childhood educator is aware of its relevance. According to this, I concluded that it is urgent to include the theme in kindergarten, but also in the initial and continuous training of childhood educators.

Keywords: Abusive Advances; Pre-School Education; Sexual Abuse.

Índice

Introdução	1
Capítulo I-Enquadramento Teórico	7
1.1 O que é o abuso sexual?.....	9
1.2 Legislação	12
1.3 Abuso Intrafamiliar/Extrafamiliar.....	15
1.4 Consequências do Abuso Sexual	16
1.5 Revelação.....	18
Capítulo II- Contextualização do Estudo.....	20
2.1 Instituição.....	22
2.2 Participantes.....	22
Capítulo III- Componente Investigativa	24
3.1 Contexto do Problema e objetivos	26
3.2 Instrumentos.....	26
3.2.1 Entrevistas.....	27
3.2.2 Questionários	27
3.3 Metodologia	27
3.4 Análise dos dados e apresentação dos resultados	33
Considerações Finais	45
Bibliografia	52
Apêndices.....	57

Abreviaturas

APAV-Associação Portuguesa de apoio a Vitima

1º CEB-1º Ciclo do Ensino Básico

CR-Categorias de Resposta

DGE- Direção-Geral da Educação

EC- Educadora Cooperante

ES-Educação Sexual

ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra

F-Famílias

OCEPE-Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

OMS-Organização Mundial de Saúde

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância

Tabelas

Tabela 1- 1º Sessão “Sensações agradáveis”	29
Tabela 2- 2º Sessão “Partes Intimas”	30
Tabela 3- 3º Sessão “Tomar Banho”	31
Tabela 4- 4º Sessão “Tipos de Abraços”	32
Tabela 5- 5º Sessão “O meu corpo”	33

Gráficos

Gráfico 1- O que pensam as famílias sobre a importância dada ao corpo e a sexualidade no Jardim de Infância.	34
Gráfico 2 - O que pensam as famílias sobre a abordagem dos abusos/aproximações abusivas no Jardim de Infância.	36
Gráfico 3- O que dizem as famílias sobre a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas em casa.	38

Introdução

Este Relatório Final enquadra-se na prática educativa em Jardim de Infância, no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar. Escolhi trabalhar o tema dos abusos sexuais/aproximações abusivas não apenas por estar consciente de que é uma problemática que afeta, desde muito cedo, as crianças mas, também por se tratar de um assunto pouco abordado.

De acordo com a Lei n.º 60/2009 regulamentada pela Portaria 196-A de 2010, os abusos sexuais/aproximações abusivas, constituem uma temática a abordar no quadro da Educação Sexual, ao longo da escolaridade obrigatória, isto é, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB) ao Ensino Secundário. Segundo o *sexuality education in Europe-a reference guide to policies and practices* “Sexuality education should, many believe, be integrated across all school subjects and at all grades.” (p. 10), certo é que as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE, 2016) não fazem qualquer alusão à educação sexual, o que constitui, em meu entender, uma lacuna que torna o processo dos/as educadores/as mais difícil.

Para Pereira (2006), é pertinente abordar a educação sexual na educação pré-escolar

“porque as crianças fazem mais perguntas sobre sexualidade do que os adultos, quem tem idade para fazer perguntas, tem idade para receber respostas, as crianças tem sentidos mais despertos, e manifestam comportamentos que carecem de respostas adequadas e é uma ilusão pensar que comunicar sobre sexo/sexualidade deixou de ser tabu”(p.16).

É também relevante referir que as crianças começam desde cedo a explorar mais a sua sexualidade, por isso se torna tão importante abordar o tema em idade pré-escolar.

As crianças são muito curiosas acerca do seu corpo e do corpo dos outros, por isso, cabe aos educadores/as e pais abordar os limites a respeitar, tanto pelas crianças, como pelas outras pessoas. (Pereira, 2006)

A temática da sexualidade requer formação adequada dos/das educadores/as, para poderem dialogar com as crianças de forma simples e eficaz, recorrendo a estratégias que as motivem e permitam compreender as problemáticas que lhe estão associadas. Neste quadro, importa que a abordagem dos abusos sexuais /aproximações abusivas, não seja descurada, tanto mais que é um dos principais problemas da atualidade, uma das maiores ameaças à saúde, bem-estar e segurança, muito por falta de abertura e comunicação com as crianças sobre sexualidade.

Segundo Furniss (1993) “abuso sexual diferencia-se claramente de outras experiências de abuso que ocorrem na infância, pelas dinâmicas que envolve, nomeadamente a vivência da experiência como «síndrome do segredo” (in Calheiros et al., 2019, p.71) Sabemos que o segredo é na maioria das vezes usado quando há um abuso sexual. O autor considera que esta síndrome é determinada por fatores externos e internos que contribuem para a vivência do abuso como uma «não realidade» pela criança.

O artigo 19 da Convenção dos Direitos das Crianças, no que diz respeito a proteção contra maus tratos e negligência, refere que cabe ao Estado tomar as medidas para a proteção das crianças que possam ser sujeitas a qualquer forma de violência física, sexual ou mental e refere que devem ser protegidas de qualquer exploração, exercida pelos pais ou pessoas a quem esteja confiada.

Quando falamos de abusos sexuais, temos que olhar para duas dimensões, o abuso sexual intrafamiliar e o extrafamiliar. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o abuso sexual intrafamiliar “refere-se aos crimes praticados por pessoas que tenham uma relação familiar com a criança ou jovem vítima – por exemplo: progenitores/as, figura parental substituta ou de referência, avós, tios/as, primos/as, entre outros”. O abuso sexual extrafamiliar “ocorre fora do seio familiar, por pessoas desconhecidas ou conhecidas das crianças.

A APAV possui um programa de apoio à vítima de abuso sexual, tendo criado, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, a rede CARE, que se destina a apoiar crianças e jovens, vítimas de violência sexual.

Sabemos também que os abusos sexuais trazem consequências para as vítimas, tanto a curto como a longo prazo, consequências que estão intimamente ligadas com as emoções e os afetos, a auto-representação e a própria sexualidade.

A finalidade do relatório que propus desenvolver, era conceber, implementar e avaliar um projeto sobre o abuso sexual/aproximações abusivas com crianças de 3-5 anos de um Jardim de Infância (JI) de Coimbra, esperando que os resultados obtidos pudessem alertar e sensibilizar a educadora, as famílias e as crianças para a temática, capacitando-as para que pudessem defender-se, caso viessem a experienciar alguma situação abusiva.

O projeto de intervenção, de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa pretendia ser desenvolvido em 4 fases. Na 1ª fase seria feita a revisão da literatura sobre o tema dos abusos/aproximações abusivas através de pesquisas bibliográficas e webgráficas. Na 2ª fase seriam auscultadas as famílias, através de um questionário e a Educadora Cooperante através de uma entrevista. Seria feito, ainda, o pedido de consentimento informado às famílias para a intervenção junto das crianças. Na 3ª fase seria feito o diagnóstico das concepções das crianças sobre o abuso sexual/aproximações abusivas através de desenhos e conversas individuais. A análise permitiria conceber uma intervenção a ser desenvolvida no JI com as crianças. Na 4ª fase seria implementada e avaliada a intervenção sobre o abuso sexual/aproximações abusivas.

Por várias razões, não tive oportunidade de implementar e avaliar o meu projeto no Jardim de Infância, pelo que não obtive os resultados esperados junto das crianças. Consegui, no entanto, realizar as 2 primeiras fases, tendo elaborado e administrado os questionários às famílias e feito uma entrevista à educadora. Considero, deste modo, ter cumprido o objetivo de sensibilizar as famílias e a educadora.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro corresponde ao enquadramento teórico, onde abordarei aspetos ligados ao tema dos abusos sexuais. No segundo capítulo apresentarei os procedimentos metodológicos.

No terceiro capítulo, os resultados obtidos. Por último, apresentarei as considerações finais.

Capítulo I-Enquadramento Teórico

1.1 O que é o abuso sexual?

O abuso sexual é uma problemática de grandes dimensões na atualidade, havendo uma enorme diversidade de visões a seu respeito, sendo que só nas últimas décadas se verificou uma maior interesse sobre o assunto, devido ao grande impacto por parte dos meios de comunicação.

Segundo Faleiros (2000), o abuso sexual pode ser entendido sobre diferentes termos como, violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, maus tratos, crime sexual.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso sexual infantil ocorre quando uma criança é submetida à atividade sexual que não compreende, com a qual tem o desenvolvimento incompatível, e que não possa dar consentimento e/ou que viole as leis ou as regras da sociedade.

No dizer de Félix López (2016)

“Em linhas gerais, um abuso sexual é sempre não se ter em conta a liberdade do outro nas relações sexuais. É quando o outro não pode livremente decidir aceitar e desfrutar da relação. No caso dos menores, temos um problema adicional. Decidimos [culturalmente] que os menores de certa idade não podem consentir ter actividade sexual, e então aí já não é uma questão de consentimento, é uma questão de respeito pelos menores de idade”

Na perspetiva de Robert (2003)

“Um abuso sexual é quando um adulto te quer mostrar ou te mostra o sexo, quando te convida a tocar no pénis dele, quando te pede que o deixes tocar no teu pénis, na vulva ou nas nádegas, ou te quer beijar essas zonas. Também é abuso sexual quando ele se encosta e se esfrega contra ti de uma maneira que te incomoda” (p. 27)

Ainda na perspetiva da autora, os abusos sexuais são um abuso de poder por parte do agressor “o agressor impõe à criança «jogos» que não são para a idade dela com o objetivo único de satisfazer o seu líbido perverso” (p.27)

Segundo o protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência (s.d), abuso sexual “é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor(a) está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente, tendo a intenção de estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual.” (p.24)

Podemos olhar o abuso sexual/aproximações abusivas sob várias formas, com ou sem contacto, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo, utilização da criança para fotografias pornográficas, incesto, sexo oral, sexo anal e prostituição infantil.

O protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência explica as diferenças sobre algumas formas de abuso,

“ Assédio Sexual: caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor. Abuso Sexual Verbal: pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente, ou a chocá-los. Os telefonemas obscenos são também uma modalidade de abuso sexual verbal. Exibicionismo: é o ato de mostrar os órgãos genitais ou de se masturbar diante da criança ou do adolescente, ou no campo de visão deles. Voyeurismo: é o ato de observar fixamente órgãos sexuais de outras pessoas, quando estas não desejam ser vistas, buscando obter satisfação com essa prática. Abuso sexual com contato físico: São atos físicos que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal” (p.24)

Felix Lopez (2014) identificou algumas formas de abuso sexual, tais como, a mutilação ou danos corporais em áreas de significado sexual, a exploração sexual, a pornografia, a violência de género, o compromisso de casamento menor e a negligência sexual.

Para a OMS (s.d) durante os abusos sexuais, pode ainda haver violência sexual que pode ser definida como qualquer tipo de coação por parte de outra pessoa numa tentativa de consumir uma ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas.

Segundo a Organização das Nações Unidas a violência sexual pode ser exercida de diversas maneiras e por diferente graus de força ou intimidação. Pode também acontecer se a pessoa não estiver em condições de dar o seu consentimento, caso esteja sob o efeito de álcool ou outras drogas.

Sendo assim, a violência sexual abrange abuso sexual dentro do relacionamento, abuso sexual por pessoas desconhecidas ou conhecidas, tentativas sexuais indesejadas ou assédio sexual, abusos de pessoas incapacitadas e abuso sexual de crianças.

O Ministério da Saúde (MS), seguindo as recomendações da OMS, feitas na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em 1996 declarou a importância da violência como problema de saúde pública. Não só a violência sexual, mas a violência no geral.

A temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas esta envolta de alguns mitos, que tendem a desresponsabilizar os/as agressores/as e a culpabilizar as vítimas.

Segundo Pereira (2006), podemos encontrar mitos como

“as crianças mentem, os rapazes são raramente vítimas de abuso sexual, o abuso sexual só ocorre em zonas rurais ou em zonas degradadas das grandes cidades onde existem focos de pobreza, os abusadores são doentes mentais, as crianças pequenas não são vítimas de abuso sexual” (p. 67 a 70)

Para a autora, as crianças dizem quase sempre a verdade, por vezes, silenciam-na; Não só as meninas sofrem abusos, os meninos também e para eles é mais complicado verbalizarem que foram vítimas de abuso; O abuso sexual não respeita estatutos socioeconómicos, pode acontecer em qualquer família ou classe social; Os/as abusadores/as no seu dia-a-dia apresentam comportamentos normais,

contudo não apresentam valores morais e têm dificuldades de socialização; por ultimo, crianças de todas as idades podem ser vítimas de abuso sexual.

Também o Manual Care da APAV (2019) referencia alguns mitos sobre os abusos sexuais/aproximações abusivas.

“A violência sexual contra crianças ou jovens é um acontecimento raro e pouco frequente, Isso só acontece em ambientes socioeconómicos desfavorecidos, Só as crianças do sexo feminino podem ser vítimas de violência sexual, Agressão sexual implica sempre penetração vaginal ou anal” (p. 19 a 27)

Muitos destes mitos fazem com que os abusos sexuais/aproximações abusivas sejam perpetuados e desculpados por parte da sociedade, Desta forma, é preciso refletir e averiguar a sua veracidade e não usa-los para desculpabilizar os/as agressores/as e culpabilizar as vítimas.

1.2 Legislação

A partir do século XX, a proteção de crianças e jovens passa a ser um valor globalmente partilhado, sendo que em Portugal, essa proteção por parte do Estado é constitucionalmente consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança.

A Convenção dos Direitos da Criança é assim um documento que consta de 54 artigos, sobre os direitos que elas têm, sendo esses direitos divididos em três grandes categorias, como, direitos relativos à provisão, relacionados com a saúde, a educação, a segurança social, direitos relativos à proteção, que se prendem com questões ligadas a discriminação, ao abuso físico e sexual, e os direitos relativos à participação, que estão intimamente ligados ao direito da criança ser consultada e ouvida, bem como a ter acesso à informação. Compete ao Estado português ter o papel fundamental de colocar em prática esses direitos e averiguar se estão a ser cumpridos, conforme ficou estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Na Declaração dos Direitos da Criança, relativamente à exploração e violência sexual, refere-se que “cabe ao Estado proteger a criança contra todas as

formas de exploração e de violência sexuais tal como a prostituição ou a produção de material pornográfico” (art.º34, p.39)

O mesmo documento refere outras formas de exploração, “cabe ao Estado proteger a criança contra qualquer forma de exploração prejudicial ao seu bem-estar” (art.º 36, p.39)

A lei 3 de 24 de Março de 1984, também realça o dever do Estado “O Estado garante o direito à educação sexual, como componente do direito fundamental à educação” (Lei n.º 3/84, Art.º 1, p.1)

A Declaração dos Direitos da Criança, alude a recuperação da criança vitimizada,

“cabe ao Estado tomar as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de negligência, maus tratos e exploração, bem como a vítima de tortura, tratamentos cruéis e degradantes ou de conflito armado” (art.º 39, pag.43)

Embora existam leis para proteger as crianças e salvaguardar os seus direitos, há uma enorme lacuna na educação, nomeadamente na primeira etapa educativa mais formal, que se prende com o facto de como atrás referi, no documento regulador para a Educação Pré-Escolar, intitulado Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE,2016), não haver qualquer domínio que contemple a sexualidade, nomeadamente a temática dos abusos/aproximações abusivas.

No subdomínio do Conhecimento do Mundo Físico e Natural, onde a temática do corpo se insere, a criança tem como aprendizagem a demonstração de cuidados com o seu corpo e a sua segurança, sendo que esta aprendizagem pode ser observada quando a criança “reconhece e identifica partes do corpo, incluindo alguns órgãos dos sentidos, e compreende as suas funções” (OCEPE, pag.91) Apesar desta alusão, a sexualidade, não é abordada, mas sim os órgãos dos sentidos.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo, quando se aborda a Educação Pré-Escolar não se fala especificamente de sexualidade ou de abusos sexuais, mas nos objetivos da Educação Pré-Escolar, “incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva”(Lei 46/86,artº5 alínea g)

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tem um papel importante na proteção e promoção dos direitos das crianças, sendo que a Declaração dos Direitos das Crianças é o documento pela qual a UNICEF luta para ser cumprido e respeitado pelos diversos países. A UNICEF dedica-se especificamente às crianças, nomeadamente em defendê-las e protegê-las quando estas são vítimas de violência, qualquer tipo de violência

“A exploração e o abuso sexual de crianças são actos intoleráveis em qualquer circunstância. Ainda que nenhuma organização seja completamente imune a este flagelo, na UNICEF trabalhamos continuamente para podermos melhorar a forma como lidamos com o mesmo. No que diz respeito à protecção das crianças, estamos determinados a agir. Não há lugar para complacências.” (Declaração da Directora Executiva da UNICEF, Fore, 2018)

Em Portugal, o código penal é bastante claro sobre este crime

“1 - Quem praticar acto sexual de relevo com um menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.2 - Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos” (Art. 171 do Código Penal)

Embora existam leis que culpabilizam os agressores e que lhes dão pena de prisão, o certo é que muitas vezes, através da comunicação social, ficamos a saber que nem sempre os agressores são responsabilizados pelos seus atos.

1.3 Abuso Intrafamiliar/Extrafamiliar

Há duas esferas dos abusos sexuais os abusos intrafamiliares e os abusos extrafamiliares, existindo diferenças significativas entre ambas.

Segundo a Manual Care (2019) acontecem mais abusos sexuais intrafamiliares do que abusos sexuais extrafamiliares, “Dado que a maioria dos crimes sexuais contra crianças e jovens reportados é perpetrado por elementos da família da vítima.” (p.15)

No Manual Care (2019) que toca ao abuso sexual intrafamiliar, este pode ser exercido por um individuo que assuma um papel familiar perante a criança, por exemplo, o pai, o padrasto. “Este contexto refere-se aos crimes praticados por pessoas que tenham uma relação familiar com a criança ou jovem vítima – por exemplo: progenitores/as, figura parental substituta ou de referência, avós, tios/as, primos/as, entre outros” (p.15)

É referido no manual que a violência sexual ocorrida em contexto intrafamiliar incide mais em crianças do sexo feminino entre os oito e os dez anos.

Consoante o protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência (s.d) a violência sexual intrafamiliar “é toda forma de violência física, psicológica ou sexual, praticada por um membro familiar (pais biológicos ou adotivos, padrastos, madrastas, tios/tias, avôs/avós) contra crianças e adolescentes. Não ocorre, necessariamente, no lar da criança.” (p.26)

No entanto este tipo de abuso é mais difícil de descobrir, devido a vários fatores entre os quais, a relação de proximidade entre o/a agressor/a e a vítima, falta de evidências, e/ou a falta de testemunhas, sendo que estas características facilitam maior duração, maior frequência e exposição ao crime.

O abuso sexual extrafamiliar é exercido por pessoas exteriores ao seio familiar da criança, sendo que pode ser uma pessoa conhecida, por exemplo, um/a vizinho/a ou pode ser mesmo alguém desconhecido.

No Manual Care (2019) “O contexto extrafamiliar refere-se a situações em que a violência sexual é cometida por autores/as que não fazem parte do sistema familiar da criança ou jovem” (p. 18)

O manual Care (2019) refere que são raras as vezes em que os crimes extrafamiliares acontecem “Importa, portanto, destacar, que são raras as ocorrências perpetradas por pessoas desconhecidas da vítima” (p.18)

1.4 Consequências do Abuso Sexual

As vítimas de abuso sexual sofrem consequências a nível psicológico, emocional e académico.

A criança vítima de abuso sexual/aproximações abusivas pode apresentar sinais e sintomas como consequência do episódio traumático que vivenciou, sendo que os mesmos podem ser facilmente identificáveis (por exemplo, alterações na saúde física). Nem sempre os sintomas são imediatos, por vezes, algumas vítimas só demonstram sintomas do trauma que viveram na idade adulta. (Manual Care, 2019)

Segundo a APAV (2015), as consequências dividem-se em físicas e emocionais, sendo que as físicas se prendem com lesões e ferimentos ligados ao ato do abuso, problemas na saúde sexual, redução de apetite, insónias e pesadelos sobre o episódio traumático que vivenciaram, mas pode acontecer em alguns casos não haver lesões físicas. Ao nível emocional, a criança pode demonstrar raiva, sentimento de culpa, ansiedade ou medo constante, tristeza profunda, vergonha.

O abuso sexual constitui um fator de risco para o desenvolvimento de uma variedade de perturbações psicopatológicas a longo-prazo (por exemplo, de humor, de ansiedade, abuso de substâncias, comportamentos autodestrutivos), corroborando que maior gravidade do abuso (por exemplo, maior intrusividade dos atos praticados) potencia esta vulnerabilidade (Berliner, 2011; Putnam, 2003)

O abuso sexual influencia o desenvolvimento pessoal “resultando em transtornos mentais, comportamentos sexuais de risco, afetando o bem-estar psicológico, a saúde física, o bem-estar socioeconómico” (Fergusson, Horwood McLeod &, 2013), segundo Fávero, (2003, s.p) “Os fatores que agravam o impacto

do abuso sexual têm a ver com a própria experiência abusiva, com as características individuais da criança e com as características do meio”

O abuso sexual é uma experiência traumática e interfere com o desenvolvimento da vítima, tendo um impacto negativo no seu bem-estar, tanto a curto como a longo prazo.

A longo prazo vão surgindo dificuldades nos relacionamentos interpessoais, devido as respostas cognitivas imediatas e condicionadas do abuso, que se evidenciam através de sentimentos de desconfiança em relação aos outros. Podem ser observadas dificuldades no estabelecimento de relações afetivas e estáveis, bem como um aumento do conflito e tensões nas relações interpessoais. (Manual Care, 2019)

A APAV (2015), relaciona o impacto do abuso sexual com dois fatores, com a relação que a vítima tem com o agressor e com o comportamento da pessoa que foi sexualmente abusada, se a vítima tiver uma relação próxima com o abusadores (por exemplo, pai e filha ou mãe e filho), o impacto será maior, se o abusador ameaçar e intimidar constantemente a vítima o impacto também será maior.

Os abusos sexuais /aproximações abusivas intrafamiliares são os que trazem mais consequências ao nível psicológico.

No Manual Care (2019) “No que respeita ao impacto psicológico da violência sexual em contexto intrafamiliar, este poderá ser mais gravoso do que quando o/a autor/a do crime não é um membro da família.” (p.15)

Dados da OMS (2018), indicam que os/as sobreviventes de violência sexual podem sofrer consequências, a vários níveis, comportamentais, sociais e de saúde mental, sendo que são as mulheres mais afetadas por lesões e doenças resultantes da violência e coerção sexual, não só porque constituírem a maioria das vítimas, mas também porque são vulneráveis aos desdobramentos dessas agressões na saúde sexual e reprodutiva.

1.5 Revelação

O abuso sexual está envolto de grande segredo e nem sempre é fácil perceber quando uma criança está ou não a ser vítima de abuso sexual. A criança que é vítima de abuso sexual/aproximações abusivas remete-se muitas vezes ao silêncio sobre o crime, podendo estar relacionado com a relação que mantem com o/a autor/a do crime, podendo este utilizar estratégias para conseguir manter a vítima silenciada. (Manual Care, 2019)

Existem vários motivos para que uma criança não denuncie um abuso sexual, dos quais o segredo faz parte, mas há também que entender o que são segredos que devemos contar e segredos que não devemos contar, sendo o abuso sexual, um segredo que devemos contar.

Para Robert (2003) existem segredos bons e segredos maus, pelo que temos que diferenciar estes tipos de segredo. Segundo a autora, segredos bons e que não devemos contar, são por exemplo não dizer a um/a amigo/a que a mãe dele está a preparar uma festa; Não revelar um presente que alguém vai dar a outra pessoa; Não contar se alguém é mau a matemática; se alguém te vier falar das suas dificuldades. Em relação aos segredos maus, Robert (2003) releva que são os que devemos contar, se alguém magoar outra pessoa, tens que contar, se uma pessoa te obrigar a fazer algo que não queiras, tens que contar, se alguém te intimida ou te magoa tens que contar. Importa que as crianças aprendam a distinguir segredos bons e segredos maus, para que consigam entender a diferença e não se deixem enganar.

Segundo Pereira (2006), há ainda mais motivos para as crianças silenciarem os abusos, dos quais, está presente o medo de que não acreditem nelas; O medo de serem culpabilizadas; O medo de represálias por parte do/a abusador/a; Medo de perderem o afeto do/a abusador/a; Medo de que a família se dissolva; O receio de deixar de receber prendas e dinheiro. No entanto as crianças podem sentir-se culpadas e podem ter sido avisadas para não falarem de sexualidade.

Há ainda alguns aspetos que também tornam a descoberta deste crime mais complicado, como o facto de nem sempre o abuso sexual deixar vestígios físicos/biológicos, a criança sentir-se envergonhada, a criança ter medo e ainda a

vítima achar normal a relação existente com o/a autor/a do crime, confundido o crime com uma relação de afeto. (Manual Care, 2019)

O protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência (2019) refere que a identificação e posterior denúncia do abuso sexual podem ser através do relato da vítima ou por um dos seus responsáveis, pela constatação de lesões corporais. Em muitos dos casos detetados, há a negação do crime com o intuito de proteger o abusador. Para além dos sinais corporais que a vítima pode apresentar, existem ainda os sinais comportamentais aos quais devemos também estar atentos.

O protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência (2019) evidencia alguns desses comportamentos

“medo, ou mesmo pânico, de certa pessoa medo do escuro ou de lugares fechados, mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade, regressão a comportamentos infantis, como: choro excessivo, sem causa aparente, enurese, chupar dedos, tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica, vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas, culpa, ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, fadiga, comportamento agressivo, interesse ou conhecimento súbitos e não usuais sobre questões sexuais, desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos.”
(p.32)

No relatório da APAV em 2018, houve trezentas e quarenta e oito denúncias de abuso sexual a crianças e no relatório de 2019, houve, trezentas e cinco ocorrências de abuso sexual a crianças inferiores a catorze anos. Relativamente a pornografia de menores houve seiscentos de noventa e nove denúncias, sendo que dezassete correspondem a coação sexual, dezanove a coação sexual de menores, seis a aliciamento de menores, treze a atos sexuais com adolescentes e oitenta e nove a outros crimes sexuais. Comparando estes dois anos, observamos que no ano de 2018 houve mais denúncias, o que nos leva a refletir: Estarão os crimes de abuso sexual a diminuir? ou estarão as vítimas a silenciar o crime?

Capítulo II- Contextualização do Estudo

2.1 Instituição

A instituição em que estagiei e onde propus investigar a temática dos abusos/aproximações abusivas, situa-se em Coimbra, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem um modelo socio-construtivista próprio

Esta instituição presta serviços de apoio à infância nas vertentes de creche e de jardim-de-infância, para crianças dos 0 anos até ao ingresso no primeiro ciclo do Ensino Básico.

Todas as crianças eram de nacionalidade portuguesa e todas da região de Coimbra.

A metodologia usada pela educadora é o trabalho de projeto. Era na base desta metodologia que iria implementar o meu estudo.

2.2 Participantes

No presente estudo participou uma educadora, e doze famílias num universo de dezoito crianças.

É de realçar que uma das crianças não estava com o pai/mãe, estando assim, numa instituição de acolhimento, sendo que foi também entregue um questionário a essa mesma instituição.

A educadora que participou neste estudo tem valência tanto em creche como em Jardim de Infância, sendo que quando foi realizada a entrevista, era o seu segundo ano em contexto de Jardim de Infância.

Os dados sobre as idades e localidades dos pais, foram recolhidos no decurso de um questionário, no âmbito da unidade curricular de Estudo do Meio que foi realizada no primeiro ano de Mestrado em Educação Pré-Escolar.

Relativamente à idade das mães, variava entre os trinta e três e os quarenta e três e a idade dos pais era entre os trinta e três e os quarenta e cinco.

Todas as famílias inqueridas vivem na zona de Coimbra.

Capítulo III- Componente Investigativa

3.1 Contexto do Problema e objetivos

O tema dos abusos sexuais/aproximações abusivas surgiu do facto de ser um tema bastante atual e que prejudica a vida de tantas crianças e jovens pelo mundo fora. Importa assim, desde cedo em contexto de Jardim-de-Infância sensibilizar as crianças para a problemática dos abusos sexuais/aproximações abusivas.

As questões de partida para este estudo foram:

1-Será possível em contexto de Jardim-de-Infância desenvolver com crianças uma intervenção sobre abusos sexuais/aproximações abusivas?

2-O que pensam as famílias e a educadora sobre a abordagem do tema em contexto de Jardim-de-Infância?

3-Quais os efeitos dessa intervenção nas crianças?

Foram objetivos do presente estudo:

1-Alertar as famílias e a educadora para a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas em crianças de idade pré-escolar.

2-Conceber, implementar e avaliar uma proposta de intervenção com vista a sensibilizar as crianças para a temática.

3.2 Instrumentos

No presente estudo, para a recolha dos dados que apresentarei, optei por questionários aos pais e uma entrevista a educadora. Segundo Maia, (2020) tanto as entrevistas e os questionários apresentam vantagens e desvantagens. Ao nível dos questionários, existe menor detalhes nas respostas, as questões não podem ser reformuladas, depende da compreensão e interpretação do entrevistado, a recolha de informação é mais rápida e existe uma amostra maior.

Ao nível das entrevistas há mais detalhes nas respostas, os dados são mais abrangentes, demora mais para recolher os dados e a própria interpretação pode influenciar os dados.

3.2.1 Entrevistas

Amado & Ferreira, (2013) referem que “A entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos” (p,210)

A entrevista que elaborei e realizei a educadora enquadra-se nas entrevistas semiestruturadas, porque foi estabelecido um guião prévio sobre o que pretendia obter, embora tivesse havido liberdade para que a entrevistada pudesse responder de forma mais aberta.

O assunto centrou-se na temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas e era constituído por quatro questões, que tinha com finalidade averiguar as conceções da educadora sobre tema.

A entrevista foi gravada, transcrita e posteriormente validada.

3.2.2 Questionários

O questionário elaborado às famílias insere-se na tipologia de questões semi-abertas, com questões dicotómicas.

As questões dicotómicas são perguntas que têm apenas duas alternativas, que neste caso, era sim ou não, embora que os inqueridos pudessem expressar mais sobre a questão em causa, devido ao “porquê” que era colocado em cada questão.

3.3 Metodologia

No presente estudo, optei por uma metodologia de natureza qualitativa e quantitativa, aplicando assim, questionários aos pais e mães das crianças, e uma entrevista a educadora.

Existe uma grande discussão em torno das pesquisas qualitativas e quantitativas, quando elas são complementares. Sendo que as duas realizam observações e avaliações de fenómenos.

Segundo Malheiros (2011)

“Hoje, sabe-se que as pesquisas não precisam ser exclusivamente quantitativas ou qualitativas. Respeitados pesquisadores têm combinado o uso dessas duas abordagens no sentido de possibilitar uma maior

compreensão do fenómeno estudado. Algumas pessoas chamam essa abordagem combinada de quanti-qualitativa ou, simplesmente quanti-quali.” (In Manual didático, p.31)

Assim, ainda no âmbito do presente estudo, planeei uma proposta de intervenção sobre abusos sexuais/aproximações abusivas para realizar com crianças de 3 a 5 anos. Uma vez que não houve abertura da parte da educadora cooperante para a sua realização, essa proposta não pôde concretizar-se. Apresento, no entanto, o que pretendia fazer. Iniciar a intervenção com um diálogo com as crianças, colocando-lhes algumas questões tais como: O que são os mimos? Quem gosta de mimos? Porquê? Quem não gosta de mimos? Porquê? Quem é que pode dar mimos? Toda a gente nos pode dar mimos? Procederia ao registo das respostas das crianças a fim de diagnosticar as suas ideias.

Após identificar as ideias das crianças, iria propor cinco sessões para trabalhar o tema das aproximações abusivas, sempre com o intuito de não serem muito longas e exaustivas, mas de modo a serem simples para que pudessem compreender o seu objetivo.

É de realçar que dependendo das ideias das crianças, as sessões que tinha proposto podiam sofrer alterações ou até mesmo darem lugar a outras que fossem mais ao encontro dos seus interesses.

Pretendia como referi anteriormente, que o resultado dessas sessões viesse a sensibilizar as crianças para os abusos sexuais/aproximações abusivas, usando assim, uma abordagem em prol da sua segurança, sabendo sempre que tem direitos e que esses direitos devem ser respeitados.

É de realçar que existe uma diferença entre aproximações abusivas e o abuso sexual, e que não são sinónimos, enquanto aproximações abusivas é quando alguém tem intenções de nos agredir sexualmente, mas por algum motivo não o faz, o abuso sexual é quando alguém realiza mesmo o ato de agredir sexualmente alguém.

Pretendia começar com o livro “kiko e a mão” do Conselho Europeu, que tem como objetivo informar as crianças onde as mãos de outras pessoas podem ou não tocar.

Irei então, apresentar os questionários e a entrevista por completo no presente trabalho e posteriormente efetuarei categorias consoante as respostas dadas pela educadora na entrevista e as respostas dados pelas famílias nos questionários.

Irei também cruzar as categorias dos questionários às famílias com as categorias da entrevista feita a educadora cooperante.

É de realçar que as categorias, não foram previamente elaboradas, isto é, à entrevista à educadora e aos questionários às famílias. Assim a sua elaboração resultou da análise dos questionários e das entrevistas.

Uma vez que não pude concretizar, no jardim-de-infância, a intervenção sobre abusos sexuais que planeei para as crianças de 3-5 anos com quem estagiei, a apresento o programa que concebi:

Tabela 1- 1º Sessão “Sensações agradáveis e não agradáveis”

Sessão 1		
Data:	Tema: Jogo das sensações	Duração: 45min
Finalidade:		
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar sensações agradáveis e não agradáveis • Relacionar as sensações com toques agradáveis e não agradáveis 		
Materiais:		
Seda; Lixa; Algodão; Esferovite; Esfregão.		
Descrição:		
Colocaria vários materiais a disposição das crianças, para que tocando um a um, conseguissem perceber quais os objetos que lhes transmitiam sensações agradáveis e quais os objetos que não transmitiam sensações agradáveis. Elaboraria, com elas, uma tabela para registo.		

Reflexão:

No final, em diálogo com as crianças tentaria fazer analogia dessas sensações com os toques agradáveis e os toques não agradáveis, identificando uns e outros através de desenhos.

Tabela 2- 2º Sessão “Partes Intimas”

Sessão 2		
Data:	Tema: Jogo do boneco	Duração:45min
Finalidade:		
<ul style="list-style-type: none"> Identificar partes do corpo que são íntimas e que não devem ser tocadas por ninguém (a não ser no apoio ao banho, pelos pais/mães) 		
Materiais:		
Boneco de Pano		
Descrição:		
<p>Iria propor às crianças que imaginassem a ida a uma consulta médica, e que o/a médico/a tinha que examinar a criança (que seria representada por um boneco que levaria), o/a médico/a iria ter que tocar em várias partes do corpo, algumas delas íntimas, e com o auxílio das crianças iríamos perceber quais as partes íntimas que devem ser tocadas pelo/a médico/a, de forma a não causar incomodo nem mal-estar às crianças.</p> <p>Aproveitaria esta sessão também para lhes mostrar que na hora do banho, os/as pais/mães tem que tocar e lavar as partes mais íntimas, mas que há diferenças entre lavar e causar mal-estar à criança.</p>		
Reflexão:		
<p>No final da sessão, em diálogo com as crianças iríamos identificar as partes íntimas que não devem ser acariciadas por ninguém, nem pelo/a médico/a quando tem que examinar a criança, nem pelos/as pais/mães no apoio ao banho.</p>		

Tabela 3- 3º Sessão- “Tomar Banho”

Sessão 3		
Data:	Tema: Jogo da Higiene	Duração: 45min
Finalidade:		
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a tomar banho sem auxílio. 		
Materiais:		
Bola de papel		
Descrição:		
Com uma bola de papel, fazendo de sabão, passar pelo corpo, fingindo estar a tomar banho, para que as crianças repetissem o processo para depois em casa tomarem banho sozinhas sem auxílio.		
Reflexão:		
No final da sessão, em diálogo com as crianças e de forma a entender se as mesmas ficaram a entender o exercício, pedia para que sozinhas fizessem o exercício com a bola de papel.		

Tabela 4- 4º Sessão- “Tipo de abraços”

Sessão 4		
Data:	Tema: Jogo dos Abraços	Duração:45min
Finalidade: <ul style="list-style-type: none"> • Perceber que existem abraços bons e abraços maus. • Identificar o que são abraços bons e abraços maus. 		
Materiais: Sem materiais		
Descrição: Com o grupo de crianças, identificar abraços bons e abraços maus. Abraços bons são aqueles que nos fazem sentir bem, seguros, que não nos magoam, que não nos apertam demais. Abraços maus são aqueles que nos causam desconforto, que apertam muito, que se esfregam muito a nós.		
Reflexão: No final da sessão, estabelecer um diálogo com as crianças de modo perceber se a ideia dos abraços bons e dos abraços maus ficou bem esclarecida.		

Tabela 5- 5ª Sessão “O meu corpo”

Sessão 5		
Data:	Tema: O meu corpo pertence-me!	Duração: 45min
Finalidade:		
<ul style="list-style-type: none"> • Tomar consciência que o seu corpo lhes pertence e que ninguém pode tocar nele, a não ser que a própria criança o permita. • Consciencializar que as crianças possuem direitos e que as outras pessoas têm que respeitar a sua vontade. 		
Materiais: Sem materiais		
Descrição:		
<p>Realçar que o corpo lhes pertence e podem dizer que não querem ser tocadas, ou ser beijadas, se assim o entenderem.</p> <p>Consciencializar as crianças dos seus direitos e do dever que as outras pessoas têm para com elas respeitando suas vontades</p>		
Reflexão:		
<p>No final da sessão, estabelecer um diálogo com as crianças de modo a consciencializa-las para o facto de o seu corpo lhes pertencer e terem o direito de dizer “não” se assim o entenderem.</p>		

3.4 Análise dos dados e apresentação dos resultados

Para a análise dos dados, de acordo com Amado, (2013), há alguns procedimentos a realizar. Assim, antes de proceder à análise dos dados, foi efetuada a leitura e transcrição dos questionários às famílias (F), bem como a audição e transcrição da entrevista à educadora cooperante (EC). Procedeu-se, então, à análise de conteúdo das respostas das famílias ao questionário (Apêndice 1), e das respostas da educadora à entrevista (Apêndice 2), tendo-se constituído Categorias de Resposta (CR)

Relativamente à questão “Considera importante abordar o assunto do corpo e da sexualidade no Jardim-de-infância?” obtiveram-se as seguintes respostas:

Considera importante abordar o assunto do corpo e da sexualidade no Jardim-de-infância?

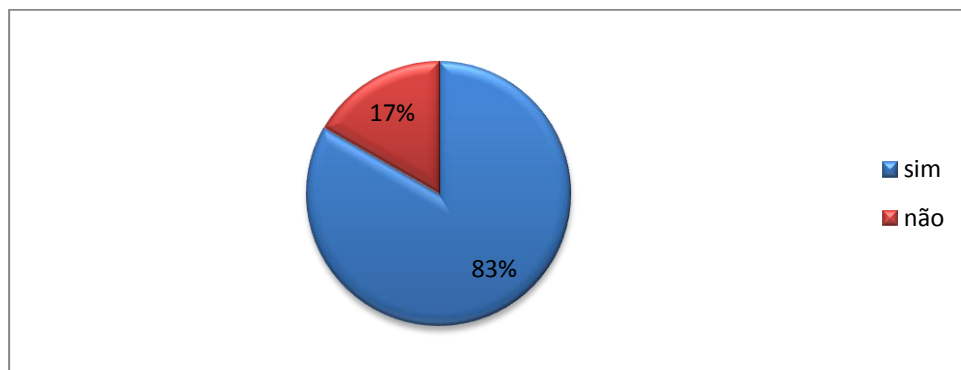


Gráfico 1- O que pensam as famílias sobre a importância dada ao corpo e a sexualidade no Jardim de Infância.

Como se observa no gráfico 1, 83% das famílias (n=10) consideram importante abordar o corpo e a sexualidade no Jardim de Infância. Duas famílias (17%) responderam que não, tendo, uma delas, apresentado a seguinte justificação: O corpo sim, a sexualidade parece-me cedo (F12).

A justificação apresentada pelas famílias (F3; F4; F5; F6; F7; F8; F9; F10; F11) que consideram importante abordar o corpo e a sexualidade no Jardim de Infância, permitiu a construção de 5 Categorias de Resposta (Tabela 1, Apêndice 3). Para essas famílias:

CR1 - A abordagem do corpo e da sexualidade deve ser simples/ clara/ ajustada à idade (N=5)

“(…) é importante que seja uma abordagem ajustada à idade (…)” [F1]

“(…) a abordagem em contexto J.I, em nosso entender não deve ser extensa dada a imaturidade (…)”[F2]

“(...) obviamente que o conteúdo deve ser adequado ao estado estágio de desenvolvimento da criança (...)”[F7]

“(...) desde com um discurso adequado à idade (...)”[F9]

“(...) se feito de uma forma leve mais adequada à faixa etária (...)”[F10]

CR 2 - O conhecimento e descoberta do corpo/ genitais/ sexualidade, desde cedo (N=4)

“(...) sendo que a curiosidade das crianças sobre os seus genitais se inicia em idades de J.I (...)”[F2]

“(...) necessidade de saber “tudo” que cerca o seu universo infantil e as descobertas sobre o seu corpo e sobre a sexualidade não podem ser descuradas” [F4]

“(...) a conhecer o seu corpo (...)”[F5]

“(...) começam a descobrir o corpo nestas idades (...)”[F9]

CR 3 - O corpo e a sexualidade são indissociáveis/ fazem parte da existência humana/ ser humano (N=3)

“Porque faz parte da existência humana (...)”[F7]

“A identidade da minha filha existe desde que ela existe, o seu corpo faz parte integrante da mesma, por isso, é impossível dissociar (...)”[F8]

“É algo que faz parte do ser humano enquanto ser biossocial.”[F11]

CR 4 - Os genitais são partes íntimas/ reservadas/ do corpo que não devem ser tocados/ devem ser respeitados (N=3)

“(...) que existem zonas que os outros não podem mexer (...)”[F1]

“(…) saibam que o seu corpo é sagrado e íntimo, não deve ser tocado sem qualquer autorização, nem por ninguém (…) é importante que elas percebam que é uma parte do seu corpo íntima e reservada que deve ser bem lavada e não deve ser tocada por ninguém (…)”[F2]

“(…) é importante que desde cedo saibam que têm que ser respeitadas, que a sua integridade física é importante e que há limites no contato físico(…)” [F3]

CR 5 - Abordar o corpo e a sexualidade como fator protetor/sensibilizar as crianças/ evitar ideias erradas (N=2)

“(…) Sensibilizar a contar se algum contexto abusivo que possa ser tido (…)”[F1]

“(…) não criar ideias erradas desde cedo(…)”[F10]

No que respeita à possibilidade de abordar a temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças de 3 a 5 anos, eis as respostas das famílias:

Pensa que a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas é possível com crianças de 3 a 5 anos?

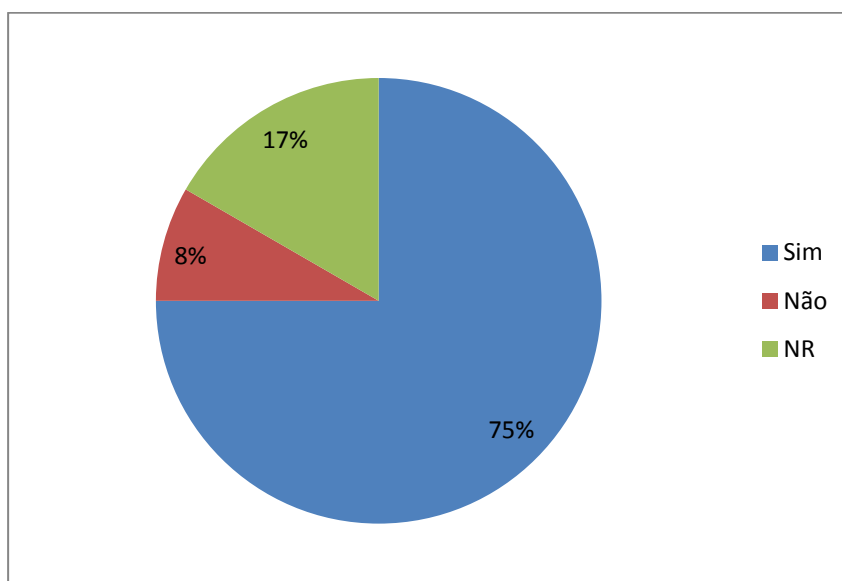


Gráfico 2 – O que pensam as famílias sobre a abordagem dos abusos/aproximações abusivas no Jardim de Infância.

O gráfico 2 mostra que 75% das famílias (n=9) consideram ser possível abordar a temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças de 3 a 5 anos. Houve, no entanto, uma das famílias (8%) respondeu não e 17% (n=2) não responderam.

De entre as famílias que consideram ser possível a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças dos 3 aos 5 anos, as razões apontadas foram agrupadas em 2 Categorias de Resposta (Tabela 2 – Apêndice 4) a saber:

CR1 - Prevenção dos abusos/ de situações de risco através do conhecimento de limites (N=4)

“Quanto mais cedo souberem os limites a respeitar e o que não é aceitável mais fácil será prevenir abusos.”[F3]

“(..).identificar quais os limites que os outros devem respeitar e não ultrapassar.”[F5]

“(..).e desta forma esses limites ficam intrinsecamente instituídos(..)”[F8]

“Se feita de uma forma adequada, de modo a ajudar a alertar para situações de risco (...) tenha noção de privacidade/limites.”[F10]

CR2 - Abordagem clara/ simples/com segurança do adulto e adequada à faixa etária (N=4)

“As crianças desta faixa etária compreendem com facilidade o discurso dos adultos e as recomendações sobre variados temas entre os quais esta concreta temática” [F9]

“ (...) saiba fazê-lo de uma forma clara e simples (...)desde que o adulto esteja seguro do que quer transmitir(..)”[F4]

“Se feita de uma forma adequada (...)” [F10]

“Desde que seja feita por “técnicas” especializadas que acompanhe crianças nesta faixa etária (...)” [F11]

Houve, contudo, N=4 famílias que não responderam ou não justificaram essas razões (F2, F6, F7 e F12)

A questão colocada sobre se as famílias abordam ou já abordaram, em casa, a temática dos abusos/aproximações abusivas com os/as filhos/filhas, as respostas apresentam-se no Gráfico 3.

Em casa, aborda ou já abordou a temática dos abusos/aproximações abusivas com o sue filho/filha?

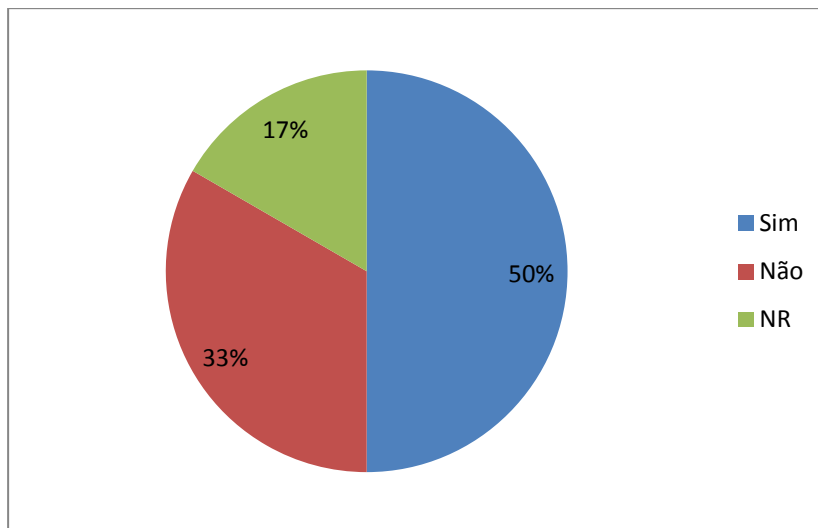


Gráfico 3- O que dizem as famílias sobre a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas em casa

Neste gráfico observa-se que metade das famílias (N=6) responderam que sim, 33% (N=4) responderam que não e 17% (N=2) não responderam (F2, F7).

As justificações apresentadas pelas famílias que afirmaram abordar ou já terem abordado, a temática dos abusos/ aproximações abusivas com os/as filhos/as, agrupadas em 2 CR (Tabela 3 – Apêndice 5), foram:

CR1-Temática fundamental, também da responsabilidade das famílias para a prevenção/defesa das crianças/Segredos bons diferente de segredos maus. (N=5)

“(…) aprendam a defender-se (…)”[F3]

“(…) fazemos por prevenção (…)”[F4]

“Para evitar que a criança possa ser sujeita a atos ou atitudes abusivas e para que possa identificá-los e informar os pais caso eles aconteçam” [F5]

“Porque é uma temática que considero fundamental e que entendo também ser minha responsabilidade enquanto mãe fazê-lo. Sendo feito na escola, será um complemento (…)[F8]

“(…) segredos bons diferente de segredos maus (…)[F1]

CR2- Curiosidade das crianças/respeito pelo seu corpo e o dos outros (N=3)

“(…) porque o nosso filho é curioso(…)”[F4]

“(…) Respeito pelo corpo (nosso e dos outros) ”[F1]

“(…)e também é uma forma de saberem respeitar o seu corpo e dos outros”[F3]

Houve ainda uma Família que justificou o seguinte: “A minha filha tem alterações de desenvolvimento e a capacidade de compreensão ainda é limitada”[F10]

Das N=4 famílias que disseram não abordar ou não ter abordado a temática com os filhos/as, N=2 justificaram o seguinte:

“Falta de oportunidade”[F9]

“Nunca surgiu o tema em conversa com a criança.”[F11]

Houve, no entanto N=2 que não apresentaram qualquer razão (F6, F12)

Em síntese:

A análise das respostas dadas pelas famílias ao questionário, mostram que mais de metade das famílias consideram importante abordar o assunto do corpo e da sexualidade no Jardim de Infância, uma das famílias considera ainda que deve ser uma abordagem tanto em Jardim de Infância como em outros contextos, por exemplo, em casa, e ainda outra família pensa que não se deve abordar a sexualidade, somente o corpo. As famílias consideram que a abordagem do corpo deve ser simples, clara e ajustada à idade das crianças, sendo que a descoberta do corpo, dos genitais e da sexualidade começa cedo, e que a sexualidade faz parte da existência humana, sendo que o corpo e a sexualidade não se podem dissociar. Consideram ainda que os genitais são partes íntimas, reservadas, que devem ser respeitadas e que não devem ser tocadas. Também referem que abordar o tema do corpo e da sexualidade serve como fator protetor, para sensibilizar as famílias e evitar ideias incorretas.

No que se refere a abordagem dos abusos/aproximações abusivas, deve ser clara, simples e adequada à idade, deve ser uma abordagem de prevenção de situações de risco ou mesmo de abusos, o/a adulto/a tem que estar seguro daquilo que querem transmitir às crianças.

Relativamente a se as famílias abordam ou já abordaram a temática dos abusos, metade das famílias inquiridas responde que aborda ou já abordou a temática dos abusos, porque julga que é fundamental abordar o tema, fazem-no como prevenção e defesa; também porque as crianças são curiosas, que tem que haver respeito pelo seu corpo e pelo dos outros. As famílias pensam também que é importante diferenciar os segredos bons dos segredos maus e esta abordagem em Jardim de Infância é um complemento da abordagem em casa.

Quem não aborda, é porque não teve oportunidade ou a filha sofre de alterações de desenvolvimento e a capacidade de compreensão é limitada.

Com esta análise surgiram algumas questões:

Se inculir às crianças que só os pais/mães podem tocar, como é que percebe que esta a ser vítima de abuso? Será que abordar a sexualidade não inclui o corpo e vice-versa? Será que a sexualidade apenas se refere ao sexo e à atividade sexual? Como é que as crianças, podem estar protegidas dos abusos, se ninguém lhes fala sobre o que são? Se a criança nunca falar sobre o tema durante uma conversa, nunca se vai abordar o tema?

Relativamente à análise da entrevista à educadora cooperante, apresentam-se agora os resultados.

A primeira questão colocada à Educadora foi: “O que pensa sobre a abordagem do corpo e da sexualidade no Jardim-de-Infância? Porquê?”

A análise da resposta da educadora cooperante, sobre abordar o corpo revela ser uma temática que pode ser desenvolvida no JI, devendo ser adequada à faixa etária e tendo em conta os conhecimentos prévios da criança.

“Acho que é uma temática que pode ser totalmente desenvolvida (...) atendendo a faixa etária das crianças e ao conhecimento prévio que a criança já tem, (...) [E]

Já em relação à Sexualidade... as respostas da educadora remetem apenas para o sexo e para a reprodução. Assim:

- i) sobre o **sexo** - considera que as “pessoas” têm alguma dificuldade em falar sobre os genitais, recorrendo a diversas designações, sobretudo no órgão sexual feminino:

(...) As pessoas têm alguma dificuldade na questão da sexualidade em falar que é o pénis e a vulva. Dão milhentos nomes, sobretudo a parte sexual feminina e que torna às vezes as coisas um bocadinho difíceis de trabalhar(...). [E]

- ii) sobre a **reprodução** – considera que, apesar do parto ser um processo natural, há alguns tabus sobre ele, pelo que importa que seja feita uma abordagem correta e haja rigor na utilização de termos:

(...)por exemplo, explicar o parto, processo natural de um parto, explicar que os bebés não nascem pela barriga, tudo o que é parte corporal/ sexual há alguns tabus sobretudo em relação às crianças. Temos logo que partir pedra nesta parte que é os nomes das coisas. Os bebés não nascem pela barriga, só se for cesariana. Parte logo do rigor das palavras, do rigor dos termos. As pessoas utilizam termos e conotações que não são o nome.”[E]

A segunda questão colocada na entrevista foi a seguinte: “Já alguma vez na sua prática, desenvolveu um projeto com as crianças sobre a temática? Se sim, que assuntos que abordou?”

Mais uma vez a educadora remeteu para a abordagem do corpo, controlo dos esfíncteres e órgãos genitais, justificando, logo no início, que a sua experiência profissional tem sido em contexto de creche :

“Tenho trabalhado mais em contexto de creche (...). [E]

(...)O tema do corpo sim, acho que é logo a primeira coisa, a consciência corporal, também o controlo dos esfíncteres (coco, xixi), que é a primeira questão mais íntima dos órgãos, em que tem contato, pois deixam de usar fralda, ganham consciência dos órgãos sexuais, porque há um contato mais direto”. [E]

Relativamente à sexualidade, a educadora refere:

Em termo de sexualidade não, nunca fiz um projeto”[E]

A terceira questão colocada à educadora foi: “Considera que a temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas pode ser abordada com as crianças? Porquê?”

A resposta dada denota pouco à vontade e até algum desconforto na abordagem dos abusos sexuais/aproximações abusivas com as crianças. Para a educadora a sua abordagem apenas deverá acontecer de forma natural, no decorrer de uma conversa ou algo que suscite o assunto:

“Acho que isso deve vir de uma forma natural. Acho que falar de uma forma abstrata com crianças tão pequenas, acho que não. Acho que deve vir no decorrer de uma conversa, no decorrer de algo que suscite para essa questão. Não algo forçado”[E]

À quarta questão “na sua prática profissional já teve conhecimento de alguma situação de abuso sexual/ aproximação abusiva de crianças em idade pré-escolar? Se sim, como lidou com a situação? E como foi o assunto encarado pela instituição?

A resposta da educadora foi “Não”.

Provavelmente o facto de não ter lidado com qualquer situação de abuso sexual /aproximação abusiva com crianças do JI, encontre justificação pela sua curta experiência neste contexto. A educadora, logo na segunda questão, tinha referido:

“Tenho trabalhado mais em contexto de creche. Este é o segundo ano em pré-escolar.[E]

Em síntese:

A análise das respostas à entrevista, mostra que para a Educadora a temática do corpo pode ser desenvolvida no JI, desde que adequada a faixa etária e partindo dos conhecimentos prévios da criança. No que respeita ao corpo, considera ser de abordar o controlo dos esfíncteres e os órgãos sexuais, havendo necessidade de utilizar termos com rigor. A sexualidade ainda é tabu. Apenas ligada ao sexo e à reprodução. Os abusos sexuais/aproximações abusivas não devem ser abordados com crianças pequenas a não ser que surjam de forma natural, no decorrer de uma conversa ou algo que suscite o assunto.

O que pensam as famílias e a educadora...

Cruzando a análise das respostas dadas pelas famílias com a das respostas dadas pela educadora, obtemos como resultado:

Tanto a educadora como as famílias consideram importante a abordagem do corpo com crianças a frequentar o Jardim de Infância, desde que de forma simples, clara e adequada à idade, porque a descoberta do corpo e dos órgãos genitais, (e também da sexualidade, para as famílias) ocorre desde cedo.

Para as famílias, o corpo e a sexualidade são indissociáveis, fazem parte da existência humana. Os genitais são partes íntimas, reservadas do corpo que não devem ser tocados. Devem ser respeitados. Importa abordar o corpo e a sexualidade como fator protetor, de sensibilização das crianças, evitando ideias erradas.

A maioria das famílias considera ser possível abordar a temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças de 3 a 5 anos, desde que de forma clara, simples, com segurança do adulto e adequada à faixa etária, a fim de prevenir abusos ou situações de risco, através do conhecimento de limites.

Metade das famílias afirmou abordar ou já ter abordado, a temática dos abusos/ aproximações abusivas com os/as filhos/as, por se tratar de uma temática fundamental, também da responsabilidade das famílias para a prevenção e defesa das crianças. Para elas importa que aprendam a distinguir, desde cedo, que ‘segredos bons’ são diferentes de ‘segredos maus’. Essa abordagem, em casa, tem em atenção a curiosidade das crianças e o respeito pelo seu corpo e o dos outros.

Quem não abordou a temática com os/as filhos/as refere o facto de a filha possuir alterações de desenvolvimento e capacidade de compreensão ainda limitada, falta de oportunidade, nunca ter surgido o tema em conversa com a criança. Posição esta semelhante à da Educadora, para quem os abusos sexuais/aproximações abusivas não devem ser abordados com crianças pequenas a não ser que surjam de forma natural, no decorrer de uma conversa ou algo que suscite o assunto.

Considerações Finais

No decorrer da análise aos questionários realizados às famílias, foram surgindo algumas questões que nos permitiram refletir, pois revelam que ainda parece existir medo de abordar tanto a temática da sexualidade como a dos abusos.

Se a maioria das famílias participantes neste estudo, estava de acordo com a abordagem do corpo, da sexualidade, dos abusos sexuais /aproximações abusivas, com crianças dos 3 aos 5 anos, porque razão tal não aconteceu? Se a educadora manifestou ter conhecimento da importância de se abordar o corpo, onde inclui os genitais, porque teme abordar a sexualidade com as crianças? Porque prefere esperar que surjam conversas de ‘forma natural’ sobre o assunto? Porque não houve abertura para que os abusos sexuais/aproximações abusivas fossem abordados com as crianças daquele contexto? Será receio das famílias? Será uma questão de formação, ou falta de formação? Será necessário esperar que uma criança seja vítima de aproximações abusivas ou mesmo sexualmente abusada para que o assunto seja falado e então abordado? E se uma criança estiver a sofrer abuso, sabendo que a maior parte dos quais é intrafamiliar, será a família abusadora que irá alertar a criança para a situação? Qual o papel da instituição educativa?

Atualmente, o abuso sexual é um dos temas mais preocupantes ao nível da saúde pública e é um tema com cada vez mais debate na sociedade, porque durante muito tempo foi ignorado e silenciado, mas hoje em dia ocupa lugar de destaque junto dos profissionais de saúde e dos profissionais de justiça.

Abordar a temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas, requer abordar também a Educação Sexual (ES), que antigamente era tabu, sendo que essa ideia foi contraposta para que as crianças e jovens sejam esclarecidos e evitar assim comportamentos de risco.

Segundo o relatório da Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde (2013), em Portugal, a Educação Sexual é fundamental para reduzir ou não aumentar os comportamentos de risco. Sendo assim, recomenda-se que a ES tenha um papel prioritário em meio escolar, assegurando a formação. Pode também evitar-se abusos

sexuais/aproximações abusivas, porque as crianças ficam a saber o que é e não é permitido fazer ou deixar fazer.

Segundo Félix López (2016) “Se as crianças não ouvirem falar de abusos, se não ouvirem falar de sexualidade, estão muito menos preparadas para se protegerem, para estranharem, para denunciarem.”

Conforme nos diz o sexuality education in Europe-a reference guide to policies and practices (2006) “there is now strong international evidence that school-based sexuality education can be effective in reducing sexual risk behaviour and is not associated with increased sexual activity or increase sexual risk taking, as some have feared.” (p.15)

Para Félix López (2016) “É preciso prevenir para que as crianças aprendam a dizer “não” e a procurar ajuda. É preciso defender a sexualidade, falar bem dela na família, na escola.”

O dia Europeu contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual tem como objetivos aumentar a consciência pública de forma a impedir tais atos, fomentar a discussão aberta sobre a proteção das crianças para evitar este flagelo. Para isso, é necessário assegurar que as famílias, os/as educadores/as reflitam sobre o problema e o discutam abertamente para arranjar formas de o prevenir.

É de salientar que não há um perfil da criança ou jovem que possa ser vítima de abuso sexual/aproximação abusiva, qualquer um pode vir a passar por esse crime. Sendo assim, é revelante considerar a universalidade deste ato, visto que não interessa o contexto social, político, religioso, moral ou educacional da criança ou jovem. Em todas as idades podem existir abusos sexuais/aproximações abusivas, sendo que existe uma maior risco para as crianças mais novas, devido a sua fragilidade e pouca resistência física e também porque com o avanço da idade tende a aumentar a probabilidade de as crianças procurarem ajuda e denunciar o crime. (Manual Care, 2019)

Uma vez que os abusos sexuais/aproximações abusivas, constituem uma temática a abordar no quadro da Educação Sexual ao longo da escolaridade obrigatória. Considero que deveria começar a partir da educação pré-escolar e não somente a partir do 1ºCEB.

É urgente refletir sobre esta lacuna que é, não se abordar este tema com crianças de idade Pré-Escolar. Por isso apresento agora as conclusões a que cheguei depois de analisar os dados.

O que pensam as famílias e a educadora sobre a temática dos abusos sexuais?

Nos questionários, ficou claro que as famílias consideram que a temática deve ser abordada em J.I, mas também em outros contextos, por exemplo, no contexto familiar. Neste ponto as famílias pensam que deve ser uma abordagem ajustada à idade e simples e clara.

Também é explícito que as famílias concordam em relação ao facto de ser possível abordar a temática dos abusos com crianças dos 3 aos 5 anos. Também neste ponto consideram que deve ser uma abordagem ajustada à idade, sendo ainda a questão do respeito dos limites e a noção de privacidade.

Em relação a questão da abordagem do tema em casa, as famílias não estão em concordância, algumas abordam por uma questão de prevenção e por que é uma responsabilidade enquanto pais e mães falar sobre o tema com as crianças, enquanto que outras famílias que referem ainda não tiveram oportunidade para abordar o assunto.

As famílias têm uma opinião bastante positiva acerca da abordagem do tema e da importância de ser abordagem em contexto de pré-escolar e pensam que é um tema que deve também ser abordado em casa.

A família número 1 refere a importância de abordar a diferença entre segredos bons e segredos maus com as crianças, tanto na abordagem em contexto escolar, como em meio familiar, “(...) *segredos bons diferente de segredos maus*

(...) “[F1], indo ao encontro do que Jocelyne Robert alude no seu livro “Os abusos sexuais explicados às crianças”

Em relação a entrevista, também a educadora concorda que a temática dos abusos sexuais pode ser trabalhada, também de uma forma ajustada a idade da criança.

A educadora realça a importância de se usar os termos específicos para falar sobre as partes íntimas femininas e masculinas, porquê ainda a tabu sobre usar os termos certos. As pessoas atribuem muitos nomes as partes íntimas, sobretudo às partes íntimas femininas.

A educadora aborda também a questão do parto que é um processo natural, e que não devemos inculcar a ideia que os bebés nascem pela barriga, isso somente acontece quando é cesariana.

A educadora considera que há ainda alguns tabus em relação a parte corporal/sexual, que tem de ser desmitificados desde cedo.

A educadora referiu nunca realizado um projeto sobre esta temática dos abusos sexuais, porque considera que deve ser abordado de uma forma normal com as crianças, que não se deve falar de uma forma abstrata com elas e que deve surgir no decorrer de uma conversa.

Embora a educadora diga que o tema possa ser abordado em contexto de pré-escolar, admite que nunca fez um projeto sobre o assunto.

Durante o nosso estudo, houve alguns constrangimentos, principalmente, o facto de não conseguirmos colocar a nossa proposta de intervenção em prática. Na pesquisa bibliográfica que fizemos não encontramos estudos que fossem semelhantes ao nosso. Em Portugal, ainda não há muita investigação sobre esta temática, mas cada vez mais, há estudos a surgir sobre o tema. Apesar de se ter vindo a fazer algum trabalho nessa área, ainda há muito a fazer para que este crime deixe de passar despercebido.

Na proposta de intervenção que planeámos, tínhamos o objetivo, de alertar as famílias e a educadora para a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas em crianças de idade pré-escolar. Consideramos no entanto, que com os questionários e a entrevista conseguimos cumprir o objetivo. Esta temática tem importância em todos os níveis de ensino, e não só na Educação Pré-Escolar, mas sabendo que é a partir deste grau de ensino que se constroem as bases para as aprendizagens de uma criança, também a esse nível deviam-se incluir conhecimentos sobre a sexualidade e consequentemente sobre os abusos sexuais.

Face ao estudo realizado mas também à intervenção que não conseguimos desenvolver, consideramos de importância crucial que a formação inicial, contínua e pós-graduada de educadores/as e professores/as terá de contemplar entre outras, temáticas sobre sexualidade, abusos sexuais e aproximações abusivas.

Bibliografia

Amado, João (2013) - Manual de Investigação Qualitativa em Educação (1st ed.).
Imprensa da Universidade de Coimbra.

APAV. (2015)- Folha Informativa-Abuso Sexual de Crianças. Lisboa

APAV. (2019)- Manual Care-Apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual.
(2º Edição) Lisboa. Revista e aumentada.

APAV. (2018)- Relatório Anual. Associação de Apoio à Vítima. Lisboa

APAV. (2019)- Relatório Anual. Associação de Apoio à Vítima. Lisboa

Calheiro, Manuela, Maria. Magalhães, Eunice. Monteiro, Lúcia & outros (2019)-
Crianças em Risco e Perigo- Contextos, Investigação e Intervenção (1st ed). Lisboa.
Edições Sílabo

Cardoso, Diana Carolina Isidoro Logrado (2015)- Abuso Sexual Infantil. (Artigo de
Revisão) Universidade de Coimbra. Portugal.

Ferreira, António Cardoso. Marques, António Manuel. Vilar, Duarte. Forreta,
Fátima, Veiga, Fátima. Reis, Isabel. Félix, Ivone. Mendes, Luísa & Sampaio,
Manuela (2002)- Os afetos e a sexualidade na educação Pré-Escolar-Um guia para
Educadores e Formadores. (1º edição) Lisboa. Texto Editora.

Guzzo, Ana Cristina Álvares et.al (s.d)- Protocolo de Atenção Integral a Crianças e
Adolescentes Vítimas de Violência-Uma abordagem interdisciplinar na Saúde. Ida
Pietricovsky de Oliveira e Daniela Reis

Instituto para o Desenvolvimento Social & Comissão Nacional de Protecção das
Crianças e Jovens em Risco (2000)- Convenção sobre os Direitos da Criança. Lisboa.

Maia, Ana Cláudia Bortolozzi (2020)- Questionários e Entrevistas na Pesquisa
Qualitativa-Elaboração, Aplicação e Análise de Conteúdo-Manual Didático. (1
Edição) São Paulo. Pedro & João Editores.

Pereira, Maria Manuela Melo de Carvalho (2006)- Guia de Educação Sexual e Prevenção do Abuso. (1 edição) Coimbra. Pé de Página Editores.

Pereira, Sónia Vivela Cardoso. (2014)- Abuso sexual: Trajetórias de vida. (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça). Instituto Universitário da Maia. Lisboa. Portugal.

Robert, Jocelyne. (2003)- Te Laisse pas faire (Não te deixes levar). (1º edição) Lisboa. Dinalivro.

Silva, Isabel Lopes. Marques, Liliana. Mata, Lourdes. & Rosa, Manuela (2016)- Orientação Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação

Wellings, Kay. Parker, Rachel. (2006)- Sexuality Education in Europe-a reference guide to policies and practices IPPF European Network-The safe project. (s.e) Belgium. Wendy Knerr

Webgrafia

Anónimo. (s.d)- Direitos das Crianças. Portal dos direitos da Criança e do Adolescente. Consultado a 12 de Abril de 2020, disponível em:<https://www.direitosdacrianca.gov.br/temas/violencia/abuso-sexual>

Anónimo. (s.d)- Definição e Contextualização do Abuso Sexual Infantil. Consultado a 3 de Maio de 2020, disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3860/3860_3.PDF

Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2019)- O que fazemos. Consultado a 16 de Maio de 2020, disponível em : <https://www.unicef.pt/o-que-fazemos/>

Moita, Gabriela. (2016, Janeiro, 10)- A sexofobia torna-nos vítimas. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/01/10/sociedade/noticia/a-sexofobia-tornanos-vitimas-1719305>

Organização Mundial da Saúde. (2018, Julho 25.)- OMS aborda consequências da violência sexual para a saúde das mulheres. Consultado a 25 de Abril de 2020,

disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres/>

Legislação

Diário da República (2010). Portaria nº196-A de 9 de Abril. Lei nº60, publicado no Diário da República – I Série – A – Capítulo I – Artigo 1º. Consultado a 22 de Março de 2020.

Diário da República (1984). Lei nº 3/84 de 24 de Março. Lei de Educação Sexual e Planeamento Familiar, publicada no Diário da República- I Série-Artigo 1º. Consultado a 18 de Março de 2020.

Diário da República (2009) Lei-Quadro nº 46/86 de 14 de Outubro. Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, publicada no Diário da República- I Série- II Capítulo-Artigo 5º. Consultado a 16 de Março de 2020.

Diário da República (1999). Lei nº186 de 11 de Agosto. Lei de reforço às garantias do direito à saúde reprodutiva, publicada no Diário da República- I Série-A-II Capítulo. Artigo 2º Consultado a 24 de Março de 2020.

Apêndices

Índice de apêndices

Apêndice 1- Transcrição das respostas das famílias (n=12) aos questionários

Apêndice 2- Entrevista a educadora cooperante

Apêndice 3- Categorias de resposta relativa às razões apontadas pelas famílias para a abordagem do corpo e da sexualidade no Jardim de Infância

Apêndice 4- Categorias de resposta relativas às razões apontadas pelas famílias para a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças de 3 a 5 anos

Apêndice 5- Categorias de resposta relativas às razões apontadas pelas famílias que referem abordar ou já ter abordado a temática dos abusos/aproximações abusivas com os/as filhos/as

Apêndice 1-Transcrição das respostas das famílias (n=12) aos questionários

Questão 1-Considera importante abordar o assunto do corpo e da sexualidade no Jardim-de-infância?

Respostas:

F1: *“Parece-me importante abordar o tema, não necessariamente em contexto de J.I, embora que reforçado o tema em diferentes contextos podem funcionar como fator protetor mais consistente.*

É importante que seja uma abordagem ajustada à idade. Reconhecer que existem critérios e respeito pela integridade física de cada um. Que existem zonas que os outros não podem mexer.

Sensibilizar a contar se algum contexto abusivo que possa ser tido.

Segredos bons diferente de segredos maus.”

F2:

“Embora consideremos que uma abordagem deve ser primeiro no contexto familiar, é importante que as crianças também no contexto J.I, saibam que o seu corpo é sagrado e íntimo, não deve ser tocado sem qualquer autorização, nem por ninguém.

Sendo que a curiosidade das crianças sobre os seus genitais se inicia em idades de J.I, é importante que elas percebam que é uma parte do seu corpo íntima e reservada que deve ser bem lavada e não deve ser tocada por ninguém, excepto pais (na ajuda da lavagem), mesmo coleguinhas de escola quando vão à casa de banho.

A abordagem em contexto J.I, em nosso entender não deve ser extensa dada a imaturidade, mas é fundamental para incutir a ideia de normalidade e respeito.”

F3:

“As crianças já percebem tudo e é importante que desde cedo saibam que têm que ser respeitadas, que a sua integridade física é importante e que há limites no contato físico.”

F4:

“Porque as crianças desta idade têm muita necessidade de saber “tudo” que cerca o seu universo infantil e as descobertas sobre o seu corpo e sobre a sexualidade não podem ser descuradas.”

F5:

“Porque desde cedo as crianças devem perceber identificar as diferenças entre género e a conhecer o seu corpo.”

F6:

Não Responde

F7:

“Porque faz parte da existência humana e tem que ser entendido como um fator natural e normal, obviamente que o conteúdo deve ser adequado ao estado estádio de desenvolvimento da criança.”

F8:

“A identidade da minha filha existe desde que ela existe, o seu corpo faz parte integrante da mesma, por isso, é impossível dissociar.

A sexualidade também se integra na consciência dessa identidade, como ela está em constante construção da sua identidade é adequado e oportuno, também em contexto de J.I abordar este assunto.”

F9:

“Porque se trata de uma necessidade de vida das crianças que começam a descobrir o corpo nestas idades. Desde com um discurso adequado à idade.”

F10:

“Sim, se feito de uma forma leve mais adequada à faixa etária. Sem assustar as crianças, mas permitindo-lhes perceber melhor o tema e não criar ideias erradas desde cedo.”

F11:

“É algo que faz parte do ser humano enquanto ser biossocial.”

F12:

“O corpo sim, a sexualidade parece-me cedo

Questão 2 - Pensa que a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas é possível com crianças de 3 a 5 anos?

Respostas:

F1- *Foi justificada esta questão na resposta anterior.*

F2- Não respondeu

F3- *“Quanto mais cedo souberem os limites a respeitar e o que não é aceitável mais fácil será prevenir abusos.”*

F4- *“No meu entender qualquer temática pode ser abordada, desde que o adulto esteja seguro do que quer transmitir e saiba fazê-lo de uma forma clara e simples.”*

F5- *“Porque desde cedo as crianças devem conseguir identificar quais os limites que os outros devem respeitar e não ultrapassar.”*

F 6- Não justificou a resposta

F7- Não respondeu

F8- *“Na construção da nossa identidade pessoal, os nossos limites pessoais também vão sendo construídos e instituídos. Assim desde sempre, mesmo antes dos três anos*

é possível abordar estas temáticas e desta forma esses limites ficam intrinsecamente instituídos, mesmo em relações entre pares com crianças dessas idades.”

F9- *“As crianças desta faixa etária compreendem com facilidade o discurso dos adultos e as recomendações sobre variados temas entre os quais esta concreta temática”*

F10- *“Se feita de uma forma adequada, de modo a ajudar a alertar para situações de risco e facilitar a deteção precoce. Além disso, tenha noção de privacidade/limites.”*

F11- *“Desde que seja feita por “técnicas” especializadas que acompanhe crianças nesta faixa etária, por forma, a ser perceptível para as mesmas.”*

F12- Não justificou a pergunta.

Questão 3- Em casa, aborda ou já abordou a temática dos abusos/aproximações abusivas com o sue filho/filha?

F1- *“Já foi abordado ligeiramente. Segredos bons diferente de segredos maus. Respeito pelo corpo (nosso e dos outros) ”*

F2-Não respondeu

F3- *“Penso que é importante para que aprendam a defender-se e a saber o que é aceitável ou não, e também é uma forma de saberem respeitar o seu corpo e dos outros”*

F4- *“Porque nem sempre estamos presentes, porque nem sempre controlamos tudo, porque o nosso filho é curioso e puro, pelos seus quatro anos...fazemos por prevenção”*

F5- *“Para evitar que a criança possa ser sujeita a atos ou atitudes abusivas e para que possa identifica-los e informar os pais caso eles aconteçam”*

F 6- Não justificou

F7-Não respondeu

F8- *“Porque é uma temática que considero fundamental, e que entendo também ser minha responsabilidade enquanto mãe fazê-lo. Sendo feito na escola, será um complemento. Faço-o por vezes sozinha com ela, e noutros momentos quando estamos em família todos juntos.”*

F9- *“Falta de oportunidade”*

F10- *“A minha filha tem alterações de desenvolvimento e a capacidade de compreensão ainda é limitada”*

F11- *“Nunca surgiu o tema em conversa com a criança.”*

F 12- Não justificou.

APÊNDICE 2

Entrevista a Educadora cooperante

1- O que pensa sobre a abordagem do corpo e da sexualidade no Jardim-de-Infância?

Porquê?

Resposta: “ *Acho que é uma temática que pode ser totalmente desenvolvida como qualquer outra, atendendo a faixa etária das crianças e ao conhecimento prévio que a criança já tem, temos que avaliar se a criança já tem conhecimentos suficientes sobre o seu corpo e acho também importante falar as coisas pelos nomes que ainda é um bocadinho tabu. As pessoas têm alguma dificuldade na questão da sexualidade em falar que é o pénis e a vulva. Dão milhentos nomes, sobretudo a parte sexual feminina e que torna às vezes as coisas um bocadinho difíceis de trabalhar por isso, por exemplo, explicar o parto, processo natural de um parto, explicar que os bebés não nascem pela barriga, tudo o que é parte corporal/ sexual há alguns tabus sobretudo em relação às crianças.*

Temos logo que partir pedra nesta parte que é os nomes das coisas. Os bebés não nascem pela barriga, só se for cesariana. Parte logo do rigor das palavras, do rigor dos termos.

As pessoas utilizam termos e conotações que não são o nome.”

2-Já alguma vez na sua prática, desenvolveu um projeto com as crianças sobre a temática?

Se sim, que assuntos que abordou?

Resposta: “ *Tenho trabalhado mais em contexto de creche. Este é o segundo ano em pré-escolar.*

O tema do corpo sim, acho que é logo a primeira coisa, a consciência corporal, também o controlo dos esfíncteres (coco, xixi), que é a primeira questão mais íntima

dos órgãos, em que tem contato, pois deixam de usar fralda, ganham consciência dos órgãos sexuais, porque há um contato mais direto.

Em termo de sexualidade não, nunca fiz um projeto”

3-Considera que a temática dos abusos sexuais/aproximações abusivas pode ser abordada com as crianças?

Porquê?

Resposta: “Acho que isso deve vir de uma forma natural. Acho que falar de uma forma abstrata com crianças tão pequenas, acho que não. Acho que deve vir no decorrer de uma conversa, no decorrer de algo que suscite para essa questão.

Não algo forçado”

4-Na sua prática profissional já teve conhecimento de alguma situação de abuso sexual/ aproximação abusiva de crianças em idade pré-escolar?

Se sim, como lidou com a situação?

E como foi o assunto encarado pela instituição?

Resposta: “*Não*”

APÊNDICE 3

Tabela 1 – Categorias de resposta relativas às razões apontadas pelas famílias para a abordagem do corpo e da sexualidade no Jardim de Infância

Categorias de Resposta	Indicadores	Total
CR 1 - Abordagem do corpo e da sexualidade simples/ clara/ ajustada à idade.	“(…) <i>é importante que seja uma abordagem ajustada à idade (…)</i> ” [F1] “(…) <i>a abordagem em</i>	N=5 F1, F2, F7, F9, F10

	<p><i>contexto J.I, em nosso entender não deve ser extensa dada a imaturidade (...)"[F2]</i></p> <p><i>"(...) obviamente que o conteúdo deve ser adequado ao estado estádio de desenvolvimento da criança (...)"[F7]</i></p> <p><i>" (...) desde com um discurso adequado à idade (...)"[F9]</i></p> <p><i>"(...) se feito de uma forma leve mais adequada à faixa etária (...)"[F10]</i></p>	
<p>CR 2- Conhecimento e descoberta do corpo/genitais/ sexualidade, desde cedo</p>	<p><i>"(...) sendo que a curiosidade das crianças sobre os seus genitais se inicia em idades de J.I (...)"[F2]</i></p> <p><i>" (...) necessidade de saber "tudo" que cerca o seu universo infantil e as descobertas sobre o seu corpo e sobre a sexualidade não podem ser descuradas" [F4]</i></p> <p><i>" (...) a conhecer o seu corpo (...)"[F5]</i></p>	<p>N=4 F2, F4, F5, F9</p>

	<p><i>“ (...) começam a descobrir o corpo nestas idades (...)”[F9]</i></p>	
<p>CR 3- Corpo e sexualidade são indissociáveis/ fazem parte da existência humana/ ser humano</p>	<p><i>“Porque faz parte da existência humana (...)”[F7]</i></p> <p><i>“A identidade da minha filha existe desde que ela existe, o seu corpo faz parte integrante da mesma, por isso, é impossível dissociar (...)”[F8]</i></p> <p><i>“É algo que faz parte do ser humano enquanto ser biossocial.”[F11]</i></p>	<p>N=3 F7, F8, F11</p>
<p>CR 4 - Os genitais são partes íntimas/ reservadas/ do corpo que não devem ser tocados/ devem ser respeitados.</p>	<p><i>“ (...) que existem zonas que os outros não podem mexer (...)”[F1]</i></p> <p><i>“(...) saibam que o seu corpo é sagrado e íntimo, não deve ser tocado sem qualquer autorização, nem por ninguém (...) é importante que elas percebam que é uma parte do seu corpo íntima e reservada que deve ser bem lavada e não deve ser</i></p>	<p>N=3 F1, F2, F3</p>

	<p><i>tocada por ninguém (...)</i> [F2]</p> <p><i>“(...) é importante que desde cedo saibam que têm que ser respeitadas, que a sua integridade física é importante e que há limites no contato físico(...)</i>” [F3]</p>	
<p>CR 5 - Abordar o corpo e a sexualidade como fator protetor/ Sensibilizar as crianças/ Evitar ideias erradas</p>	<p><i>“(...) Sensibilizar a contar se algum contexto abusivo que possa ser tido (...)</i>” [F1]</p> <p><i>“(...) não criar ideias erradas desde cedo(...)</i>” [F10]</p>	<p>N=2 F1, F10</p>

APÊNDICE 4

Tabela 2 – Categorias de resposta relativas às razões apontadas pelas famílias para a abordagem da temática dos abusos/aproximações abusivas com crianças de 3 a 5 anos

Categories	Indicadores	Total
CR 1 - Prevenção dos abusos/ de situações de risco através do conhecimento de limites	<p><i>“Quanto mais cedo souberem os limites a respeitar e o que não é aceitável mais fácil será prevenir abusos.”</i>[F3]</p> <p><i>“(…)identificar quais os limites que os outros devem respeitar e não ultrapassar.”</i>[F5]</p> <p><i>“(…)e desta forma esses limites ficam intrinsecamente instituídos(…)”</i>[F8]</p> <p><i>“Se feita de uma forma adequada, de modo a ajudar a alertar para situações de risco (...) tenha noção de privacidade/limites.”</i>[F10]</p>	<p>N=4</p> <p>F3, F5, F8, F10</p>
CR2 - Abordagem clara/ simples/com segurança do adulto e adequada à faixa etária	<p><i>“As crianças desta faixa etária compreendem com facilidade o discurso dos adultos e as recomendações sobre variados temas entre os</i></p>	<p>N=4</p> <p>F9, F4, F10, F11</p>

	<p><i>quais esta concreta temática” [F9]</i></p> <p><i>“ (...) saiba fazê-lo de uma forma clara e simples (...) desde que o adulto esteja seguro do que quer transmitir(...)”[F4]</i></p> <p><i>“Se feita de uma forma adequada (...)” [F10]</i></p> <p><i>“Desde que seja feita por “técnicas” especializadas que acompanhe crianças nesta faixa etária (...)” [F11]</i></p>	
--	---	--

APÊNDICE 5

Tabela 3 – Categorias de resposta relativas às razões apontadas pelas famílias que referem abordar ou já ter abordado a temática dos abusos/aproximações abusivas com os/as filhos/as

Categorias de Resposta	Indicadores	Total
CR1-Temática fundamental, também da responsabilidade das famílias para a prevenção/defesa das crianças/Segredos bons diferente de segredos maus.	<p>“(…) aprendam a defender-se (...)”[F3]</p> <p>“(…) fazemos por prevenção (...)”[F4]</p> <p>“Para evitar que a criança possa ser sujeita a atos ou atitudes abusivas (...)”[F5]</p> <p>“Porque é uma temática que considero fundamental e que entendo também ser minha responsabilidade enquanto mãe fazê-lo. Sendo feito na escola, será um complemento (...) [F8]</p> <p>“(…) segredos bons diferente de segredos maus (...) “[F1]</p>	<p>N=5</p> <p>F3, F4, F5, F8; F1</p>
CR2- Curiosidade das crianças/respeito pelo seu	“(…) porque o nosso filho é curioso(...)”[F4]	<p>N=3</p> <p>F4, F1, F3</p>

corpo e o dos outros	<p><i>“(…) Respeito pelo corpo (nosso e dos outros) ”[F1]</i></p> <p><i>“(…)e também é uma forma de saberem respeitar o seu corpo e dos outros”[F3]</i></p>	
----------------------	---	--